

Conselho pode regulamentar hoje ensino de religião

DEMÉTRIO WEBER

BRASÍLIA – O Conselho Nacional de Educação (CNE) pode aprovar hoje um parecer regulando a prática do ensino religioso nas escolas públicas do País. O assunto é controverso e levou os conselheiros a pensar na realização de uma audiência pública, o que ainda não foi totalmente descartado. De qualquer modo, o parecerista e padre católico Cuno Paulo Rhoden já ouviu representantes de 28 grupos religiosos para elaborar o texto, analisado há três meses pelo conselho.

Já está definido que as aulas de religião no ensino fundamental (antigo 1.º grau) não farão parte da carga horária mínima de 800 horas/ano, determinada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Isso porque a matrícula nas turmas de religião será facultativa. “A escola tem, por lei, que oferecer o curso, mas a liberdade de escolha é do aluno”, disse o presidente da Câmara de Educação Básica do CNE, Ulysses Panisset.

Segundo ele, a lei proíbe o chamado ensino confessional, ou seja, aquele em que uma determinada religião é privilegiada. Essa proibição, no entanto, vale apenas para as escolas públicas, mantidas pelo Estado. “Se um pai matricular seu filho numa escola israelita, é natural que espere que seu filho receba aquela educação religiosa”, disse Panisset.

O parecer trata também da formação dos professores encarregados das aulas religiosas, embora não haja uma definição dos critérios que deverão ser utilizados. Segundo Panisset, não haverá restrição ao fato de um professor ser católico ou protestante, por exemplo, uma vez que os conteúdos das aulas não poderão privilegiar ou seguir a linha de nenhuma religião específica.

A ampliação de oito para nove anos do ensino fundamental, um dos temas previstos para o encontro, foi adiado para a próxima reunião do conselho, em dezembro.

Particulares – Donos de escolas particulares querem reduzir sua carga tributária. A iniciativa é liderada pela Federação Interestadual das Escolas Particulares (Fiep), sob o argumento de que a isenção poderia significar mensalidades mais baixas. “A escola particular é uma colaboradora do governo na educação”, disse o presidente da Fiep, José Zinder da Silva. Ele pretende ir ao Congresso hoje para dar início a uma “frente parlamentar pró-educação”. Entre os tributos dos quais Zinder gostaria de livrar os estabelecimentos de ensino, estão o Imposto de Renda e os encargos previdenciários. “A folha de pagamento de pessoal chega a 70% na maioria das escolas”, afirmou.